



PRIVATIZAÇÃO DE RECURSO PÚBLICO: UM TEMA EM CONSTANTE REATUALIZAÇÃO

Arlene Carvalho de Assis Clímaco¹

Resenha do livro de Walderês Nunes Loureiro, *Qualidade da educação e privatização de recurso público*. Goiânia: Editora UFG, 2011, X p.

Ao apresentar este livro, gostaria de destacar três pontos, quais sejam: a forma como ele se insere na produção acadêmica da universidade, questões que ele levanta e que podem se constituir em novas frentes de pesquisa e a reatualização do tema.

Sobre a produção de conhecimento na universidade, há uma discussão que, apesar de antiga, continua não resolvida: seria a universidade um local de criação de um saber desinteressado ou seria ela um local de produção de pesquisas e de conhecimento voltados a alavancar o desenvolvimento do capitalismo que vem dominando o cenário do mundo ocidental nos últimos séculos? A julgar pelo debate realizado e promovido pela mídia, de longe cobra-se que a universidade se dedique à segunda dessas opções, dada a demanda de empresas por mão de obra altamente especializada e a necessidade imperiosa dessas mesmas empresas se manterem à frente de um processo infundável de concorrência.

Entretanto, há que se levar em conta que não é da natureza dos fenômenos sociais se deixarem enquadrar facilmente. Neste sentido, como classificaríamos,

¹ Professora aposentada da Faculdade de Educação da UFG. E-mail: <arleneclimaco@gmail.com>

neste esquema dual, as demandas que nos colocam o dia a dia dos segmentos que não se encaixam nem na vertente intelectual que investe no saber desinteressado, nem no âmbito pragmático, útil à liderança da acumulação capitalista?

Sabemos, há muito, que as necessidades humanas são, sempre, recriadas. Assim, se o avanço econômico-tecnológico trouxe novas necessidades para os detentores do capital, também as trouxe para a outra ponta do processo de produção, ou seja, para os trabalhadores. Nessa perspectiva, a meu ver, a exigência de maior escolarização dos trabalhadores não pode ser entendida apenas como resposta a uma necessidade do capital. A própria classe trabalhadora, avançando em uma concepção mais ampla de democracia que a defendida pelos grupos dominantes, vem reivindicar a apropriação do conhecimento como um direito também seu. Cabe, então, perguntar: como inserir as reflexões sobre essa demanda na escala dual em que o debate sobre o sentido da universidade geralmente se insere?

Com essa preocupação – e correndo o risco de praticar uma heresia acadêmica –, atribuo-me o direito de não classificar o estudo que ora apresento em nenhuma das vertentes antes apontadas.

Há uma série de estudiosos, entre os quais incluo Walderês, a autora deste livro, cuja identidade com a classe trabalhadora, seja por questões de origem, seja por opção política, ou pelas duas coisas ao mesmo tempo, têm se dedicado a estudar diferentes manifestações sociais da classe trabalhadora – na maioria das vezes, não tão desinteressadamente, mas com toda certeza, muito distante das pretensões do capital.

No caso específico desta obra, ao eleger como tema central os “convênios escolares”, a autora o faz pelo recorte da relação entre o público e o privado na perspectiva de que o público, no Brasil, nunca de fato assumiu sua dimensão republicana e sempre esteve em nebulosas relações que beneficiam o setor privado. A presente obra mostra, principalmente sob aspectos econômicos e políticos, como os convênios firmados pela Secretaria de Educação de Goiás entre 1961, quando ocorreu o primeiro, até 1988, quando se aprovou a Constituição pós-ditadura, facilitaram a apropriação privada de recursos públicos.

Mas a importância do trabalho não se limita a isto, embora só o fato de registrar a dinâmica de funcionamento da aplicação de recursos na educação, naquele período, já fosse suficiente para justificar sua existência. Importa destacar, ainda, que em sua busca de situar esta modalidade de financiamento da educação, o livro chama a atenção para vários aspectos a ela relacionados, tais como a explosão da demanda por educação e a

perplexidade da escola ante esta nova clientela, a redução do tempo de permanência do aluno na escola, com a introdução de um turno intermediário, a drástica redução de recursos destinados à educação no período ditatorial, as relações dos políticos com as escolas, a luta sindical que foi se reavivando no período... Estas e outras questões levantadas no decorrer do estudo, e que não puderam ser aprofundadas, abrem uma possibilidade imensa de novas pesquisas, uma vez que a história dos desmandos educacionais, infelizmente, não terminou em 1988. Se, hoje, em números absolutos e proporcionais, o volume de convênios firmados pelo Estado de Goiás para o ensino fundamental e médio se reduziu em relação aos anos 1970-1980 (segundo informações obtidas por telefone, em 2011 foram firmados 80 convênios), novas formas de convênio vêm sendo estabelecidas: veja-se, por exemplo, os Projetos Boa Visão e Arte Educação, da Organização Jaime Câmara, que têm todos seus professores oriundos das redes públicas municipal e estadual. Além do mais, tal como os convênios escolares foram utilizados, em seus primórdios, sob o argumento de atender a uma demanda reprimida, a educação infantil e o ensino superior passaram a ser alvo desta mesma estratégia nos últimos anos, como se pode facilmente conferir no número de instituições *beneficentes* credenciadas para integrar a rede de educação infantil e na instituição, em nível federal, do Prouni (Programa Universidade para Todos) e da Bolsa Universitária da OVG, em Goiás. Com a agravante suspeita de que os recursos aí aplicados saem da Secretaria de Educação, que está longe de cumprir seus compromissos constitucionais – e que só então poderia aplicar em outros níveis ou modalidades que não são de sua obrigação.

Se a utilização de convênios pode ser justificada como medida emergencial para atender a uma demanda há muito reprimida, o problema que se coloca é como sair deles depois... O sistema S, entre outros, bem como a continuidade de convênios nos níveis fundamental e médio aí estão para nos evidenciar essa dificuldade. E não se pode esquecer que, como muito bem lembrou Walderês em sua fala quando do lançamento do livro, uma das mais novas e atraentes formas de privatização dos recursos públicos e, por decorrência, da gestão pedagógica dos sistemas de ensino consiste hoje na compra de “pacotes pedagógicos” de empresas educacionais.

São muitas as frentes que ainda nos restam em defesa de uma escola verdadeiramente pública!